

Aconteceu

Sarney congela URP e servidor fica numa fria

(Págs. 15, 16 e Acontecendo)

Constituinte: votação deve acabar só em agosto

Pelas contas do deputado federal Antonio Brito, um dos articuladores do grupo histórico do PMDB, a Constituinte vai confundir com as eleições municipais. (Acontecendo)

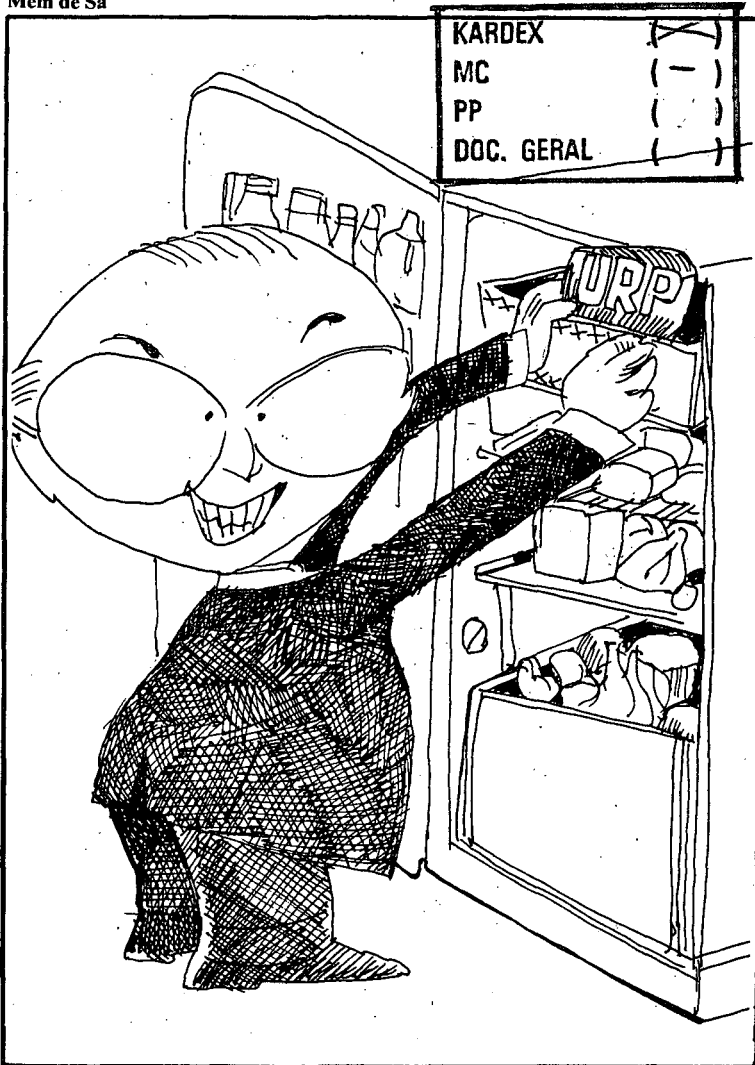
Ticunas reúnem conselho da tribo

Vai ser no dia 23, na área onde ocorreu o massacre dos índios, no Amazonas. Na pauta, a possibilidade de um bloqueio no fornecimento de produtos para a região. (Pág. 3)

Pistoleiros matam jornalista no Pará

A violência continua no Sul do Pará. A vítima dessa vez foi o jornalista Antonio Ismar Alvarenga. Suas denúncias contra fazendeiros incomodava muita gente que, abrigados pela impunidade, cometem os maiores desmandos na região. (Pág. 7)

Mem de Sá



Estudantes conquistam a rua e mudam decreto da mensalidade

Nota da Redação

Aconteceu semanal é uma publicação do Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) dedicada ao acompanhamento das lutas encaminhadas por diversos setores populares. As notícias da semana estão agrupadas nas seções Trabalhadores Rurais, Trabalhadores Urbanos, Índios, Educação Popular e Igrejas, que compreendem os programas básicos de atuação do CEDI.

O ACONTECEU trabalha com notícias veiculadas durante a semana pelos principais veículos de comunicação do país (jornais e revistas) vinculadas aos temas básicos dos programas relacionados acima.

É pretensão ainda do ACONTECEU dedicar parte de seu espaço para as informações fornecidas diretamente pelos leitores ou pelas pessoas que atuam direta, ou indiretamente, nestes programas. Assim gostaríamos de contar com a colaboração de todos que igualmente se identifiquem com a nossa proposta, que tem a única e exclusiva intenção de se colocar a serviço dos movimentos populares.

São assinantes do ACONTECEU lideranças indígenas, sindicatos urbanos e rurais e demais órgãos de classe, comissões pastorais, comunidades de base, missionários, operários, camponeses e tantos outros.



Aconteceu N.º 450

15 a 21/04/88

**CEDI Centro Ecumênico
de Documentação
e Informação**

**Rua Coqueiro Velho, 98
Fundos
Telefone: 205-5197
22241 - Rio de Janeiro - RJ**

**Av. Higienópolis, 983
Telefone: 825-5544
01238 - São Paulo - SP**

**Assinatura Anual: Cz\$ 200,00 (Brasil);
US\$ 60,00 (América Latina);
US\$ 85,00 (América do Norte);
US\$ 100,00 (Europa, Ásia e África).**

Envie junto com seu pedido um cheque nominal ou vale postal para CEDI-RJ

Editor:

**Xico Teixeira
Produção Gráfica:
José Truda Jr.
Lúcia Carrera
Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa**

Assine o Boletim

Aconteceu

Publicação semanal com um resumo das principais notícias veiculadas pelos órgãos de imprensa do país.

Assinatura anual: Cz\$ 200,00

América Latina US\$ 50 América do Norte US\$ 85 Europa, África e Ásia US\$ 75

Nome: _____
Endereço: _____
Cidade: _____ CEP: _____ Est.: _____
Telefone: _____ Profissão: _____ Idade: _____

Faca a sua assinatura através de cheque nominal para o
CEDI - Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Coqueiro Velho, 98 - fundos - CEP 22241
Rio de Janeiro - RJ.

CONSELHO DE PUBLICAÇÕES

**Anivaldo Padilha
Ary da Costa Pinto
Carlos Alberto Correia
da Cunha
Carlos Alberto Ricardo
Heloisa de Souza Martins
Henrique Pereira Júnior**

**Marcus Vinicius Grod
Borges
Neide Estercei
Sérgio Alli
Vera Maria Masagão
Ribeiro
Xico Teixeira**

**Jether Pereira Ramalho
(coordenador)**

Ticuna reúne conselho para debater massacre e FUNAI

O Conselho Geral da Tribo Ticuna se reúne no dia 23 de abril para definir a postura diante do recente massacre ocorrido no Igarapé Capacete, no município de Benjamin Constant, Amazonas. O encontro reunirá lideranças de 70 comunidades Ticuna, que é considerado o maior grupo étnico do Brasil. Algumas medidas estão na pauta de discussão, uma delas é a de fazer um bloqueio do fortalecimento de gêneros alimentícios para a região (os Ticuna são os maiores produtores).

O clima de tensão aumenta na medida em que a própria Funai toma iniciativas de confronto. Foi assim, a decisão do órgão de demitir cinco professores da Organização Geral dos Professores Ticuna Bilingües. A iniciativa gerou protestos ruidosos dos Ticuna e mereceu uma carta escrita pelo Capitão Geral dos Ticuna, Pedro Inácio Pinheiro, ao Administrador

Regional da Funai, Walmir de Torres Barros.

Pedro Inácio destaca na carta que os 70 professores da tribo, responsáveis pela educação de 6 mil índios, entre adultos e crianças, ameaçam paralisar totalmente as aulas, em represália às demissões. Seria a primeira greve da história dos Ticunas, a primeira greve de índios da história do Brasil. Uma greve geral e política.

Além da greve, outra medida, mais extrema, será a de proibir a entrada dos funcionários da Funai em suas terras. O raciocínio é simples: a Funai demite professores Ticuna, os Ticuna demitem a Funai: "Ou a Funai deixa nós viver tranquilos e respeita Ticuna, ou vamos terminar logo negócio de Funai no nosso território", diz Pedro.

Raoni pede demissão de Jucá

Brasília — Gilberto Alves



Pedindo que Ulysses Guimarães colocasse a mão na cabeça e lesse com atenção, o cacique Raoni, da tribo Txucarramãe, do Xingu, entregou dia 11 ao Presidente da Constituinte um documento no qual exige a saída do Presidente da Funai, Romero Jucá Filho, por ser "desumano com os indígenas e estar vendendo o patrimônio das tribos a firmas madeireiras". Raoni não conseguiu falar com o Senador Marco Maciel, Presidente do PFL, que, segundo ele, foi quem indicou e mantém Jucá em seu cargo. Mas ganhou a adesão do Deputado Amaury Muller (PDT-RS) à sua briga contra as autoridades da Funai.

Eles estão destruindo tudo: desmatando, poluindo os rios e levando as riquezas do subsolo, sem o menor controle — confirmou Muller. (O Globo, 12/04/88)

Tensão cresce: ticuna mata branco

A animosidade entre ticunas e brancos na região de Tabatinga (AM) voltou a se acirrar dia 11/04, com o assassinato de um branco e a tentativa de linchamento de um índio de 13 anos.

O Capitão Paulo, Delegado de Tabatinga, informou que Denir Félix Vasques, de 16 anos, foi morto por um ticuna com uma facada, às 23h30min do último domingo, em frente ao Havaí Clube. Segundo ele, os índios nunca se metem em confusão e o assassinato deve ser creditado ao clima de tensão que impera na cidade desde a emboscada de março, que matou vários membros da tribo.

Em represália ao assassinato de Denir, 20 populares tentaram linchar o ticuna Francisco Bernardino, de 13 anos. A tragédia só não aconteceu porque um agente da Polícia Federal, que passava



pelo local, interveio com tiros para o alto, dispersando o grupo. O índio foi internado no hospital local, com cortes e escoriações. (O Globo, 12/04/88)

Inquérito caminha lentamente

A Polícia Federal ainda não sabe quando concluirá o inquérito que apura o massacre dos ticunas. A prisão preventiva de 10 posseiros e jagunços, acusados da matança, já foi pedida. O DPF aguarda, apenas, o pronunciamento da Justiça da Federal em Manaus para ouvir o madeireiro Oscar Castelo Branco. Segundo o assessor de Comunicação Social da PF em Brasília, Paulo Marra, o madeireiro será convocado a depor no final do inquérito, pois Castelo Branco não teria participado diretamente da chacina.

O advogado de Oscar Castelo Branco, Eber Leão, entrará amanhã com um pedido de habeas corpus preventivo no Tribunal Federal de Recursos. Ele espera receber, ainda hoje, os últimos documentos necessários à petição, ainda retidos em Tabatinga por constarem do inquérito policial. A precaução de Eber Leão é justificada. O delegado da PF em Tabatinga, Ari Marinho, pretende ouvir e pedir a prisão preventiva do madeireiro assim que receber de volta o inquérito policial da Justiça Federal de Manaus. (JB e O Globo, 12/04/88)



Tikuna ferido: marcas da chacina.

Igreja nega violência na expulsão de posseiros em Jarú

"Não houve violência da polícia contra os posseiros" a afirmação foi feita por Luiz Culau, agente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Jarú, ao negar que policiais federais e militares, que estão cumprindo um mandato de reintegração e manutenção de posse concedida pela Justiça Federal em Rondônia a Funai tenham praticado arbitrariedade contra as famílias que estão sendo retiradas da reserva dos Uru-Eu-Wau-Wau naquele município. A operação - está para ser concluída, com a expulsão, também, de garimpeiros que estão faiscando ouro no vale do rio Jamari.

Segundo Luiz Culau, das famílias que foram retiradas da área, 17 estão acampadas em Jarú, enquanto aguardam das autoridades ligadas à reforma agrária a liberação de uma área onde possam ser assentadas. Luiz Culau confirmou, porém que os policiais queimaram alguns barracos para desestimulá-los a retornar à reserva. As denúncias sobre o espancamento de posseiros foram feitas por um líder rural de Jarú ao administrador regional da Funai em Porto Velho, Amaury Vieira, que também negou a prática de qualquer arbitrariedade dos policiais contra os invasores da reserva dos Uru-Eu-Wau-Wau. (Correio do Brasil, 27/03/88)

Paz de índio fica só no anúncio

A campanha da Funai para homenagear o índio pelo seu dia, 19 de abril, não agradou a todas as comunidades indígenas brasileiras. Segundo Megaron Tuxcarramãe, chefe do posto indígena do Xingu, o comercial de 60 segundos gravado pelo cantor Roberto Carlos, que fez uma música apresentando o índio como preservador da natureza, passa uma imagem errada de um povo pobre, bom e sem problemas.

Roberto Carlos, que faz anos no Dia do Índio, 19 de abril, gostou da idéia e aceitou o convite da Funai para gravar o comercial com a sua música intitulada Água dourada. "A Funai se aproveitou da intensão do cantor de homenagear e defender os interesses indígenas, para passar aos brasileiros a imagem de um povo pobre, pacífico, bom e sempre pronto a estender as mãos aos brancos", garantiu Megaron.

Segundo ele, os índios não estão contra Roberto Carlos, mas sim contra a intensão da Funai e do governo, que "estão agindo errado" e vão encerrar o comercial com a famosa frase conhecida dos brasileiros: "Tudo pelo social."

Wilson Pedrosa/25.03.88



"Não aceitamos um comercial sem que sejam citados problemas de terras, invasão e ataques, enquanto eles existirem: estamos sendo arrancados à força de nossas terras pelos garimpeiros, fazendeiros e madeireiros, e assassinados, como aconteceu recentemente com os ticunas, e essas coisas precisam ser ditas", afirma Megaron. (JB, 13/04/88)

CSN quer que Sarney vá ao Alto Rio Negro homologar demarcação de terras indígenas

"A comunidade Tukano de Pari Cachoeira se prepara para a chegada do Presidente José Sarney, prevista para o próximo dia 19, àquela região". A notícia foi divulgada em Manaus pelo vice-Superintendente da Funai, José Ribamar, em entrevista ao Jornal A Crítica, na capital do Amazonas.

Ribamar afirmou que, "embora os dados oficiais não tenham confirmado a ida de Sarney, a Funai já está tomando todas as providências caso a hipótese se ja confirmada".

Segundo ainda o jornal, a presença do Presidente em Pari Cachoeira, no Alto Rio Negro, foi solicitada ao Conselho de Segurança Nacional a fim de que homologue a primeira demarcação realiza-

da pelo Calha Norte.

Em Pari Cachoeira, conforme informou Ribamar, a primeira demarcação iniciada em princípio de janeiro, totaliza uma área de um milhão 152 mil hectares, que será concluída no dia 19, data comemorada como o dia do índio.

Segundo ainda o Jornal A Crítica, o projeto Calha Norte, considerado como filho do casuísmo, caído dos salões do SNI, dá sua grande arrancada à consolidação, com esta demarcação das terras indígenas. Contestado por diversos segmentos da sociedade e visto como a serviço das grandes mineradoras, o Calha Norte, na opinião dos indigenistas, pode selar o fim das comunidades indígenas. (A Crítica, 30/03/88)

Índios ocupam sede da Funai e transferem administrador em Roraima

A resistência dos índios Suruí e Cinta Larga, que ocuparam a sede da Funai em Pimenta Bueno, em Roraima, teve resultado positivo. Eles conseguiram a transferência do administrador Regional Alfredo Teixeira Filho acusado de jogar as lideranças jovens das duas tribos contra os mais velhos, além de outros des-

mandos na região.

A sede foi reaberta no início da semana e os Suruí e Cinta Larga voltaram para suas aldeias, depois de fumar o cachimbo da paz com o novo administrador regional, João Gilberto Nogueira da Silva, nomeado inteiramente para o cargo que Loureiro Filho ocupava.

Em Roraima Cimi e Funai discordam sobre o número de índios

O último recenseamento da população indígena do Território Federal de Roraima, feito pela Funai, indicou a existência de apenas 12 mil índios, contra os 30 mil reconhecidos pelo censo do CIMI na região. A diferença fica por conta do critério adotado pela Funai para o seu trabalho.

O trabalho realizado por uma e-

quipe interministerial, considera como índios residentes apenas aqueles que se encontram nas malocas por ocasião da visita da equipe, sendo descartados até mesmo os que saíram para caçar e pescar.

A conclusão do CIMI de Manaus é de que a Funai brinca com um assunto sério e não trabalha com números reais.

Jornalista assassinado no Pará

A juíza de Direito de Marabá (a 480 quilômetros de Belém), Ezilda Pastana, afirmou que a polícia civil daquela cidade prenderá em menos de dois dias o assassino do jornalista Antônio Ismar Alvarenga, 32 anos, executado friamente às 23h30 min do sábado, dia 9 de abril, quando assistia a um programa de televisão no hall do Hotel Maramate, onde morava. Alvarenga levou três tiros (um em cada supercílio e outro meio da testa), disparados por um pistoleiro que escapou em seguida, num Voyage vermelho, acompanhado por dois homens que o esperava no carro.

A juíza convocou os delegados de polícia de Marabá (Valdo Almeida e Osdrá do Pantoja), para exigir a prisão do pistoleiro de modo a afastar as suspeitas sobre o envolvimento de seu noivo com o assassinato do jornalista. Ezilda Pastana é noiva de Nagib Mutran Neto, membro de uma das mais tradicionais famílias de Marabá, que constantemente tem sido acu-

sada de contratar pistoleiros para manter sua vasta propriedade (fazendas e castanhais) livre da presença de posseiros.

Alvarenga era piauiense e estava há três anos em Marabá, onde era sócio do jornal Folha do Pará, cuja tiragem não ultrapassava 2 mil exemplares. Em várias reportagens ele citou o envolvimento provável da família Mutran com pistoleiros. Entretanto, a juíza disse que ele também escreveu coisas violentas contra outros fazendeiros e que qualquer um deles poderia ser o criminoso. "Quem matou Alvarenga não é pistoleiro, é uma pessoa daqui mesmo. Como jornalista, ele fez muitos inimigos", explicou a juíza, para quem o matador de Alvarenga fugiu em direção a Tucuruí (400 quilômetros adiante de Marabá, pela Transamazônica em direção ao Norte). "Se ele não for preso em Tucuruí, será em Altamira (380 quilômetros a oeste), mas escapar é que não vai." (JB, 12/04/88)

Greve exige renúncia do Reitor

Os servidores da Universidade Federal da Bahia-UFBA - decidiram aderir à greve dos professores e estudantes em protesto pela nomeação do reitor Rogério Vargens.

A declaração do reitor de que iria cortar os salários de professores e funcionários que não estão trabalhando, irritou a presidente da Associação dos Professores Universitários, Sofia Olsewski, que considerou a medida "nazista".

No dia 11 Vargens recebeu no gabinete da reitoria os deputados constituintes Haroldo Lima e Lídice da Matta, do

PC do B, e Abigail Feitosa, do PSB que lhe pediram a renúncia. Até o momento o reitor Rogério Vargens está irredutível e entende que o movimento é liderado por uma minoria.

Das 27 unidades da UFBA, somente em seis delas tem havido aulas regularmente e em 12 não tem ocorrido qualquer atividade didática, desde o início do período letivo. "O semestre já está comprometido", afirma Vargens. Os estudantes organizam várias manifestações junto com os professores e servidores para pressionar a saída do reitor.

Bancários em greve dia 17

O Comando Nacional dos Bancários aprovou proposta de greve nacional por tempo indeterminado. De acordo com a proposta aprovada, os funcionários dos bancos oficiais param no dia 27 e os trabalhadores dos bancos privados entram em

greve no dia seguinte. A categoria reivindica 47% de reposição salarial, reajuste mensal integral, piso de acordo com o índice do Dieese, e a manutenção da URP. (O Globo, 12/04/88)

Estudantes invadem as ruas e derruba

A classe média voltou a manifestar-se nas ruas do Rio de Janeiro, em passeata realizada no dia 7, na avenida Rio Branco e que reuniu 50 mil pessoas (segundo os organizadores) ou 25 mil (segundo a Polícia Militar). A grande maioria dos manifestantes era de funcionários públicos e de estatais, mas houve também a adesão de centrais e entidades sindicais, estudantes, bancários de instituições particulares, funcionários do Banco Central, BNDES e Caixa Econômica

Federal, entre outros.

A passeata - a maior no Rio desde os comícios pró-eleições diretas em 1984 - terminou na Cinelândia, quando vários oradores protestaram contra o governo Sarney, o congelamento da URP, o aumento das mensalidades escolares, o arrocho salarial e pediram "diretas já". Na ocasião, foi anunciada a greve dos funcionários do IBGE (responsável pela coleta de dados e cálculo da inflação).

Apesar do grande número de mani-



AS IDAS E VINDAS DO DECRETO

11/02 - O presidente José Sarney baixa o decreto 95.720, liberando as mensalidades escolares, sob o regime de "liberdade vigiada".

10/03 - Luiz Bandeira Rocha Filho, secretário-geral do MEC, diz que o decreto será revogado se forem constatados abusos nos reajustes das mensalidades.

15/03 - MEC patrocina o 1º Encontro Nacional de Pais e Alunos, em Brasília. Ao final do encontro, os representantes pedem a Hugo Napoleão a revogação do decreto. O ministro diz que resolverá depois de conversar com os proprietários dos estabelecimentos de ensino. Napoleão diz pela primeira vez que a responsabilidade do decreto é do Ministério da Fazenda.

22/03 - Luiz Bandeira diz que o MEC não aceitará a oteinização das mensalidades. O MEC recebe diariamente 30 cartas de protesto e dezenas de telefonemas.

21/03 - Hugo Napoleão admite pela primeira vez em Teresina (Piauí) a possibilidade de pedir a revogação do decreto. Diz que a decisão dependerá de suas conversas com estudantes, pais e proprietários de escolas.

19/03 - Hugo Napoleão, em visita a São Paulo, recebe uma comissão de estudantes. Diz que o decreto é de responsabilidade do Ministério da Fazenda, mas se coloca como poder Moderador, disposto a defender os pais contra abusos das escolas.

23/03 - Luiz Bandeira diz que o MEC não pretende rever o decreto. O ministro acerta com a Fenen (Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino) que as mensalidades serão cobradas em 1985. Manifestações de estudantes na Faap, PUC e FMU.

24/03 - Hélio Matos, secretário-adjunto do MEC, diz que os pais deverão usar do "sentimento" para detectar abusos.

7/04 - Passeatas de estudantes em São Paulo no Rio.

8/04 - Napoleão diz, em São Paulo, que é contra o decreto. Em Brasília, é feita a primeira constatação de "abuso" no reajuste de mensalidades. Hélio Matos diz que o decreto deve ser revogado até final de junho.

17/03 - Em São Paulo, 10 mil estudantes param a avenida Paulista para protestar contra o decreto.

11/04 - MEC dá 48 horas para que as escolas diminuam as mensalidades. Napoleão, diz que se for atendido, vai pedir ao governador de São Paulo a revogação do decreto. Moreira Franco, chefe do Ministério da Fazenda, diz que o decreto é inconstitucional e pede a intervenção civil para sustá-lo.

o decreto que aumentou mensalidades

festantes, não ocorreram incidentes.

Adesões

O ânimo dos manifestantes ficou mais exaltado e as adesões aumentaram quando terminou o pronunciamento do ministro Maílson da Nóbrega. Surgiram então palavras-de ordem como "Sarney ladrão, Pinochet do Maranhão", "basta de omissão, fome não", "diretas já", entre outras. (O Estado SP, 08/04/88)

Evandro Teixeira



Governo recua e tenta nova fórmula

O decreto que reduz as mensalidades e tabela os preços dos colégios a partir de abril já está pronto e sua minuta foi entregue pelo Ministro Hugo Napoleão ao Presidente José Sarney. A fórmula é simples: 1) O total pago no 2º semestre de 87 será corrigido pela URP do 1º trimestre de 88; 2º) Deste valor será deduzido o total pago nas mensalidades de janeiro, fevereiro e março de 88; 3) A diferença é dividida entre as mensalidades de abril, maio e junho. Fontes do MEC disseram que Sarney queria assinar o decreto, mas preferiu esperar que o Ministro Maílson da Nóbrega volte dos Estados Unidos. No Rio, 5 mil estudantes de mais de 50 colégios fizeram uma "Marcha para o MEC" e, apesar dos engarrafamentos, os motoristas não reclamaram. (O Globo, 13/04/88)

Lição de rua

Durante uma semana, alunos de escolas particulares de todo o Rio de Janeiro fizeram manifestações diárias em protesto contra o decreto que liberou as mensalidades escolares. E o embrião de novas lideranças que surgem no ensino secundarista, comprovando que política também se aprende na escola e na rua. Na luta.

Essa movimentação toda deixará profundas marcas nesses jovens que despertam a consciência crítica em defesa de seus interesses. Foram manifestações simples, coloridas, que inauguraram uma nova etapa no movimento social: a geração dos anos 80.

ACONTECENDO

Constituinte espera só para agosto a nova Constituição

A nova Constituição não será promulgada antes de agosto, segundo previsão do deputado Antônio Britto (PMDB-RS), um dos parlamentares que mais participaram das negociações na Constituinte. Com esse atraso, a elaboração de leis complementares e das constituições estaduais embolará no segundo semestre com a campanha para a eleição municipal.

Britto calcula que até o fim do mês serão votados o sistema tributário e a ordem econômica. Maio será tomado pelo capítulo da ordem social e as disposições transitórias. Em junho, começará a votação em segundo turno de todo o projeto constitucional. Nessa fase, são esperados 1.500 pedidos de destaque, que exigem 50 dias de votação. (JB, 12/04/88)

Marcação

Nem mesmo as trapalhadas da Nova República conseguiram tirar do ex-deputado Paulo Maluf o troféu de político brasileiro com o maior índice de rejeição do eleitorado.

A última rodada nacional de pesquisa do Ibope - feita de 3 a 25 de março - apresenta Maluf com um índice nacional de rejeição de 68%, seguido de perto pelo general R/1 João Figueiredo e pelo presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, ambos com 61%. (Informe JB, 11/04/88)

Estrelas

A maior dificuldade para a pacificação do PMDB de São Paulo é, na opinião do governador gaúcho, Pedro Simon, o excesso de estrelas.

"Tem o Quércia, o Fernando Henrique, o Montoro, o Covas, o Ulysses, o Almino Afonso e o Severo Gomes: é muito brilho numa só constelação", diz Simon, que reluz sozinho no Sul. (Informe JB - 11/04/88)

Inconformados

Os ministros do Tribunal Federal de Recursos reuniram-se para debater o recente pacote econômico.

Muitos não concordam com a decisão que congelou as gratificações por tempo de serviço concedidas à magistratura, entendendo que isso fere direitos constitucional adquirido. (Painel, 10/04/88)

Mais fundo

A prorrogação dos trabalhos da CPI da Corrupção não interessa ao governo, que gostaria de ver o assunto encerrado o mais rápido possível.

Uma pesquisa junto aos senadores mostrou que a maioria é favorável à apuração mais detalhada de todas as denúncias de corrupção. (Painel, 12/04/88)

Corrupção prorrogada

O plenário do Senado deverá conceder uma prorrogação de 90 dias para que a CPI da Corrupção conclua seus trabalhos.

O prazo final seria o próximo dia 26, mas o relator da comissão, Carlos Chiarelli (PFL-RS), acha que até lá ainda não terão sido tomados todos os depoimentos. (Painel, 12/04/88)

Infiltração

O Informex, publicado do Centro de Informações do Exército, de circulação dirigida apenas a oficiais-generais, registra em uma de suas últimas edições o que chama de crescente infiltração da esquerda na tropa.

O Ciex cita o PC do B como um dos partidos que está ganhando mais adeptos.

A informação consta do último número do jornal Letras em Marcha, portavoz dos setores radicais de direita no Exército. (Informe JB, 12/04/88)

ACONTECENDO

Queda-de-braço

Nos próximos dias 19, 20 e 21 a CUT e a CGT estarão mais uma vez medindo forças, por ocasião da eleição da diretoria do Sindicato dos Bancários do Município do Rio de Janeiro - o mais ativo do movimento sindical do Rio.

De um lado está a chapa da situação encabeçada por Ciro Garcia, funcionário do Banco do Brasil e um dos gurus da Convergência Socialista, ligada à CUT.

De outro, o PCB tenta retomar o controle do Sindicato, numa chapa de oposição, encabeçada por Adilson Teles, funcionário do Bradesco.

Ao todo são 39 mil bancários sindicalizados. (Informe JB, 11/04/88)

Greve benéfica

A greve do pessoal do IBGE pode atrasar o cálculo da taxa inflacionária deste mês.

O que acaba sendo bom para o governo, que assim adia a divulgação de uma péssima notícia. (Painel, 12/04/88)

Origem

De Carlito Maia, filósofo popular petista:

"Sarney é um emaranhense." (Painel, 29/03/88)

Encontro verde

O PV paulista está preparando um encontro estadual.

Será em São Paulo ou Mairiporã. (Informe JB, 11/04/88)

Men(sal)idade

Diálogo entre mãe e filha apresentado por Miguel Paiva na sua charge publicada na revista Isto É, nº 590:

Filha - Não consigo entender esta história das ecolas em liberdade vigiada pelo governo...

Mãe - É assim feito ser assaltada numa rua escura... enquanto um mete a mão o outro fica viciando...

URP preocupa

Os constituintes defendem um mandato de quatro anos para Sarney estão convencidos de que o congelamento da URP para funcionalismo público vai relatar o debate sobre a questão. Mas preferem aguardar uma ou duas semanas, prazo para uma avaliação mais correta das reações ao congelamento, para então definir a ação que pretendem desenvolver no Congresso constituinte. (Painel, 10/04/88)

URP sobrevive

Apesar das indicações de que o governo já articula o fim da URP para a iniciativa privada, assessores diretos de Sarney não acreditam que isso venha ocorrer em curto prazo.

Eles acham que isso seria abrir um novo e poderoso foco de insatisfação popular, sem qualquer efeito prático sobre o problema mais sério que o governo enfrenta - o déficit público. (Painel, 11/04/88)

Candidato preferido

O prefeito de Florianópolis, Edson Andino, garante que o ex-governador Exequirião Amim está de posse de uma pesquisa indicando que ele é o candidato preferido dos catarinenses à sucessão presidencial.

"Agora só resta saber em que país ele será candidato" - acrescenta o prefeito. (Painel, 11/04/88)

Seis anos

Adverte o relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral: se for aprovado o substitutivo do "Centrão", para a parte transitória da nova Constituição, que omite a questão do mandato de Sarney, o presidente terá a um mandato de seis anos. (Painel, 11/04/88)

CNBB faz Assembléia para definir diretrizes

Até o dia 22 cerca de 280 bispos de todo o País estarão reunidos na 26ª Assembléia Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), definindo as diretrizes eclesiais na política, economia, cultura e evangelização. No encontro, que acontecerá no Mosteiro de Vila Kostka, em Itaici, Município de Indaiatuba, deverão reaparecer as divergências entre conservadores - que defendem uma instituição voltada para o espiritualismo - e progressistas, que preferem vê-la mais engajada nas questões sociais.

A primeira versão do documento-base da Assembléia, redigida por uma comissão presidida pelo Bispo de Guarabira (PB), Dom Marcelo Carvalheira, é a favor do envolvimento político da Igreja na defesa dos sem-terra, favelados, desempregados e pobres em geral, exigindo, no entanto, seu distanciamento da política partidária.

No capítulo que trata do "Mundo

do trabalho", é destacado que o "atual quadro recessivo da produção industrial acentua o desemprego de milhares de trabalhadores e o processo inflacionário torna-se uma forma de expropriação do valor real do salário".

Em o "Mundo da política", o documento aborda o problema da corrupção - tema de uma nota que a CNBB divulgou no início do ano e provocou imediata reação do Presidente Sarney. O texto refere-se "à desconfiança do povo com relação à vontade política das elites e segmentos dirigentes, de resolver os problemas fundamentais da Nação".

O capítulo "Evangelização dos povos" defende "as manifestações contra toda intervenção política, militar e cultural de um país em outro e contra as injustiças decorrentes do sistema econômico mundial, que aumenta cada vez mais a distância entre Nações pobres e ricas". (O Globo, 12/04/88)

Igrejas debatem dívida externa

Convocados pelo Conselho Nacional de Igrejas (CONIC) e pela Coordenadoria Ecumênica de Serviços (CESE), representantes da Igreja Católica e de nove igrejas evangélicas e de diversos grupos ecumênicos estiveram reunidos, em São Paulo, de 28 a 30 de março. Foi debatida a questão da dívida externa brasileira sob as perspectivas da economia, política, ética e bíblico-teológica.

Durante os trabalhos, discutiu-se

o significado de tal questão para a situação social brasileira e a responsabilidade das igrejas em denunciar os mecanismos que levam os países do terceiro mundo a essa submissão. O seminário terá continuidade e planeja-se um grande congresso das igrejas para debater, com outros segmentos sociais, a dívida externa e as suas consequências para os trabalhadores brasileiros.

Metz debate renovação da Igreja

A concentração de católicos no Terceiro Mundo - estima-se que até o ano 2000 oitenta por cento deles estarão em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento - é um indício de que a Igreja está entrando em uma nova fase de sua história. A opinião é de um dos mais importantes teólogos europeus, o alemão Joann Baptist Metz, criador da chamada "teolo-

Teologia da Libertação.

Segundo ele, as comunidades eclesiais de base são exemplos desse novo modelo de ser Igreja, que representa um desafio para a Igreja Universal.

- Acho que a renovação depende da coragem dos fiéis. A Igreja se torna melhor quando líderes e pastores melhoram. Não existe igreja sem povo e os bispos e

Trabalhador rural ocupa praça no centro de Aracaju

Cerca de 140 famílias de trabalhadores sem-terra ocuparam no último fim-de-semana a fazenda Santa Filomena, no município de Leopólis (445 km a norte de Curitiba). Foi a maior invasão de terras no norte do Estado. A fazenda, de 2.732 hectares, pertence à SS Desen-

volvimento e Participações Agrícolas Ltda, e estava arrendada para o prefeito de Leopólis, José Clóvis Trombini Bernardo (PMDB). A empresa entrou com pedido de reintegração de posse no Fórum de Cornélio Procopio. (Folha SP, 12/04/88)

Lavradores fazem protesto no Sul

Em protesto pela atual política agrícola e pela demora na implantação da reforma agrária, cerca de 25 mil lavradores realizaram manifestações em mais de 50 municípios do Rio Grande do Sul sob a coordenação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da CUT. As principais manifestações aconteceram nas re-

giões do Alto Uruguai e no Planalto Médio, onde as rodovias foram bloqueadas. Milhares de agricultores estão ameaçados de graves prejuízos por causa da seca e querem a prorrogação de seus débitos, além do cancelamento da correção monetária nos empréstimos realizados para custeio agrícola. (O Globo, 08/04/88)

Trabalhadores sem terra ocupam fazenda em Leópolis, no Paraná

Um grupo de 400 trabalhadores rurais está acampado no centro de Aracaju, em frente à sede do Governo de Sergipe. Eles estão reclamando mais agilidade na execução do plano de reforma agrária no Estado, distribuição de alimentos e de

fornecimento de sementes para que as famílias já assentadas em áreas desapropriadas pelo MIRAD iniciem o plantio, aproveitando as chuvas que caíram no Sertão nos últimos dias.

Sem terra fazem manifestação

Após caminharem 200 km a pé durante uma semana, cerca de 500 trabalhadores rurais sem terra - entre eles 80 mulheres e 140 crianças - chegaram a São Paulo para tentar uma audiência com o Governador Orestes Quércia. Eles reivindicam a desapropriação ainda restante da fazenda "Reu-

nidas" para assentar cerca de 300 famílias.

Carregando enxadas, bandeiras e cartazes, eles realizaram uma manifestação, onde reivindicaram uma política agrícola diferenciada, que atenda as necessidades do pequeno produtor.

No Rio Grande do Sul protesto contra política agrária

Apesar do forte aparato repressivo, inclusive com o apoio de unidades do Exército, cerca de 25 mil agricultores realizaram, no dia 6, diversas manifestações em 50 municípios do Estado, conseguindo até mesmo bloquear o tráfego em importantes rodovias.

Na capital, 400 colonos lotaram as galerias da Assembleia Legislativa na tentativa de pressionar os deputados a derrubar o veto do Governador Pedro Simon (PMDB) ao projeto do Deputado Adão Pretto (PT) que instituiu o seguro agrícola. O veto foi mantido com os votos do PMDB.

Em todo o Estado, os agricultores protestaram contra a atual política agrícola e contra a demora na implantação da reforma agrária. Coordenadas pela CUT e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, as manifestações mobili-

zaram milhares de agricultores que estão ameaçados de graves prejuízos em consequência da seca que destruiu quase metade da atual safra. Além de pedir assentamento imediato para 15 mil famílias de agricultores sem terra, os colonos querem prorrogação dos seus débitos bancários, cancelamento da cobrança de correção monetária e o pagamento de uma verba de manutenção para as famílias atingidas pela estiagem.

As principais manifestações ocorreram nas regiões do Alto Uruguai, onde a concentração em Erechim reuniu cerca de sete mil agricultores, e no Planalto Médio, onde o principal protesto ocorreu em Sarandi, com quatro mil colonos trancados às BRs 386 e 404. Em outras cidades aconteceram passeatas e o comércio e bancos foram fechados.

Dia Nacional de Reivindicações mobiliza 10 mil agricultores

No dia 6 de abril, cerca de 10 mil trabalhadores, em sete municípios do Estado, realizaram manifestações pelo dia Nacional de Reivindicações dos Trabalhadores Rurais. Em Chapecó, no oeste de Santa Catarina, 3 mil colonos aguardavam o governador Pedro Ivo Campos (PMDB) e o Secretário da Agricultura, Newton de Couto, para entregar um documento. Mas nem o Governador, nem o Secretário compareceram. De acordo com um telex enviado no dia anterior ao sindicato dos trabalhadores rurais da cidade, Pedro Ivo informava desconhecer que sua presença havia sido solicitada na região, disse o Coordenador do comando de mobilização, Carlos Belle.

Em São Miguel do Oeste, 3 mil tra-



10 prefeitos da região. Em Curitiba, os

Papanduva, os colonos conseguiram fechar 14 bancos durante todo o dia. A Polícia acompanhou as manifestações, mas

Servidores vão à greve em Brasília

Mais de mil servidores públicos do Distrito Federal decidiram, em assembléia no Espaço Cultural de Brasília, no início da Esplanada dos Ministérios, a paralisação da categoria por 24 horas no dia 13, aderindo assim à convocação da Central Unica dos Trabalhadores (CUT). A paralisação foi em represália às perdas salariais causadas pelo congelamento da URP. Os funcionários públicos também decidiram iniciar uma campanha para a realização de eleições diretas para presidente da República ainda este ano. (O Estado SP, 08/04/88)

Segundo DIEESE país deveria ter piso de 35 mil

O valor do Piso Nacional de Salários suficiente para manter uma família-padrão (composta de quatro pessoas, sendo dois adultos e duas crianças) deveria ter sido de CZ\$ 35.868,84 em março, de acordo com os cálculos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (Dieese), que, para chegar a esse número, pesquisou os preços de todos os produtos que compõem a cesta básica definida pelo Decreto-Lei nº 399, de abril de 1938. (O Estado SP, 08/04/88)

Repercussões do pacote da URP

Gilmar Carneiro, presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo: "A medida faz parte da cartilha do FMI, que pretende sucatear a economia interna, a exemplo do que já fez com o Chile e a Argentina".

Mário Amato, presidente da Fiesp: "Os funcionários públicos receberam em 1987 reajustes salariais de 27% acima da inflação. Mais cedo ou mais tarde isso teria de ser revisto".

José Fernandes, vice-presidente do Clube dos Funcionários da Previdência Social do RS: "É evidente que as medidas são prejudiciais aos servidores públicos".

Mauri Misaglia, presidente da Associação Brasileira dos Distribuidores Chevrolet: "Não adianta penalizar os ganhos do funcionalismo público e ao mesmo tempo insistir em construir a Ferrovia Norte-Sul".

Orestes Quércia, governador de São Paulo: "A União tem razão para adotar a medida. Já os servidores paulis-

rios, nosso reajuste é trimestral".

Cláudio Rubens Pereira, presidente da Associação Nacional das Pequenas e Médias Empresas Industriais: "Se não houver mobilização, o governo vai estender a medida ao setor privado e aumentar a recessão".

Luís Antônio Medeiros, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo: "Essa medida não resolve o problema do déficit público. Daqui a 60 dias, quando termina o congelamento da URP, o governo deve inventar uma outra besteira qualquer, ao invés de solucionar a questão. Vamos lutar ao lado do funcionalismo".

Antonio Rogério Magri, presidente do Sindicato dos Eletricitários de São Paulo: "Esse pacote ajuda a concentração de renda, e vamos apoiar as manifestações contra ele. As medidas têm vários pontos negativos. O governo não ouviu os trabalhadores, mas ouviu as Forças Armadas e o Judiciário, onde os salários já são altos. (O Estado S.P., 08/04/88)

URP congelada empurra servidor contra governo

A suspensão em abril e maio do pagamento da Unidade de Referência de Preços (URP) aos funcionários da administração direta, autarquias, estatais, Judiciário, Legislativo, Distrito Federal e territórios é a principal das medidas anunciadas pelo governo para conter os gastos públicos por meio da redução da folha de pagamento do funcionalismo federal. Também foi decidido o aumento do Imposto de Renda dos bancos.

Anunciadas depois de 40 dias de discussões, as outras medidas são as seguintes: estímulo à demissão voluntária dos servidores civis da União; estímulo à aposentadoria proporcional para funcionários com mais de dez anos de serviço

público; eliminação de vantagens salariais para os funcionários sem dedicação exclusiva; fim dos privilégios para as entidades criadas junto à administração, como fundações e associações de funcionários, sem autorização legislativa; extinção do sistema de cálculo de adicional por tempo de serviço para a magistratura.

Ao anunciar o pacote, ao lado do ministro João Batista de Abreu, o ministro Mailson da Nóbrega, em entrevista no Palácio do Planalto, alertou: "Estas medidas são fundamentais para evitar o colapso financeiro do governo e a hiperinflação, que penalizaria sobretudo os trabalhadores". (JB, 08/04/88)

Foto de José Doval

